

JOSÉ MATTOSO

Identificação
de um País

OPOSIÇÃO ♦ COMPOSIÇÃO

Ensaio sobre
as origens de Portugal
1096-1325

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

SUMÁRIO

Prefácio à 5. ^a edição	XXIII
Prefácio	XXV
Advertência	XXXIII

INTRODUÇÃO O ESPAÇO E O TEMPO

1. O TEMPO LONGO	3
1.1. A geografia humana.....	7
O Norte	8
O Sul.....	9
As cidades.....	9
Complementaridade.....	10
1.2. A antropologia.....	11
Idade do casamento feminino.....	12
Família «extensa»	13
1.3. A tecnologia agrícola e marítima	14
Os arados	15
Outras técnicas e instrumentos agrícolas.....	16
Os barcos	18

1.4. A linguística	19
Fronteiras fonéticas	20
Fronteiras lexicais	22
Divergências Norte-Sul.....	22
Divergências litoral-interior	23
Conclusões	24
Notas.....	26
2. A IDENTIDADE E A DIFERENÇA.....	29
2.1. Equívocos historiográficos	29
Ignorância das diferenças regionais	30
A polémica sobre o feudalismo	31
Instituições feudais e regime senhorial	31
Consequências.....	34
Opções conceptuais.....	35
2.2. Os critérios da diferenciação	36
Os critérios.....	36
Tipologia.....	37
2.3. Os vetores da integração	39
Migrações.....	39
Desenvolvimento económico.....	39
Classe dominante	40
Estado	42
Notas.....	44
3. PERIODIZAÇÃO	45
3.1. O corte cronológico.....	45
1096.....	45
1325.....	48
3.2. Os critérios.....	50
Resistências locais	50
Senhorialização.....	51
Fases da guerra externa	53
Montagem do aparelho estatal	55

3.3. Os períodos	57
1096-1131	57
1131-1190	58
1190-1250	59
1250-1325	60
Evolução cultural.....	61
Notas.....	63

PARTE I
OPOSIÇÃO

A. A SOCIEDADE SENHORIAL E FEUDAL	67
Regime senhorial	69
Regime feudal.....	71
Feudalismo português.....	72
Relações entre regime senhorial e feudalismo	73
Notas.....	76
1. O ESPAÇO	77
Distribuição dos concelhos	77
O Entre-Douro-e-Minho: a terra.....	78
Os caminhos	80
Torres e castelos	82
As honras	84
Demografia	84
A terra e o regime senhorial	86
Senhores e comunidades rurais	87
A expansão senhorial	88
Notas.....	91
2. OS SENHORES	93
2.1. O sangue	94
A nobreza condal.....	94
A nobreza senhorial	95

Infanções: significado da palavra.....	97
Uso da palavra «infanção» em Portugal.....	98
<i>Filii benenatorum</i>	99
<i>Boni homines</i>	101
<i>Nobiles</i>	103
<i>Barones, proceres, maiores palatii</i>	105
2.2. As armas.....	107
<i>Miles</i> = cavaleiro-vilão.....	107
<i>Miles</i> = poderoso	108
<i>Miles</i> = vassalo	110
<i>Miles</i> , título pessoal.....	112
Conclusão	112
O contexto peninsular	113
<i>Milites e infanzones</i>	114
A cavalaria vilã.....	115
Cavalaria e nobreza.....	116
Contexto mediterrânico.....	117
A cavalaria e as «três ordens»	118
2.3. O poder.....	121
Poder e <i>palatium</i>	121
Poder e senhorio	123
Hereditariedade	124
<i>Senior</i>	125
<i>Domnus</i>	126
Riqueza	127
Geografia dos conceitos	128
2.4. As categorias.....	129
Ricos-homens e infanções.....	129
Cavaleiros.....	130
Ricos-homens.....	130
Nobreza de corte	131
Nobreza senhorial.....	131
Categorias inferiores	131
2.5. Os nomes	132
As cinco linhagens.....	132

SUMÁRIO

Distribuição geográfica	133
Valadares	135
Bravães	135
Silva	136
Cerveira.....	137
A fronteira do Minho	137
Velhos.....	138
Silva	139
Azevedo.....	142
Refojos de Lima.....	144
Nóbrega	146
Penagate	147
Lanhoso e Fafes	148
Guedões	150
Barbosa.....	152
Sousa.....	156
Tougues.....	160
Riba de Vizela.....	163
Riba Douro	166
Baião	170
Paiva.....	173
Cete e Urrô.....	174
Soverosa	176
Maia.....	178
Pereira	181
Ramirões	182
Cunha	183
Marnel	184
Grijó	186
Límia.....	188
Ribeira.....	188
Bragança.....	189
Conclusão	191
2.6. Categorias e distribuição regional da nobreza.....	193
Cavaleiros de Coimbra e da Beira	193
Cavaleiros da Estremadura, do Ribatejo e do Alentejo	194

A nobreza de corte.....	196
As transformações da nobreza nortenha	198
2.7. Monges e sacerdotes	199
O clero e os senhores	200
O clero e as comunidades rurais.....	200
Os grandes mosteiros.....	202
Os bispos e o movimento gregoriano	203
Eremitas	203
Distribuição geográfica dos mosteiros	204
Diacronia das fundações	206
Fundações a sul do Douro	208
Correntes monásticas.....	209
Representações mentais	210
Liturgia	211
Articuladores da ordem social	212
Independência do clero.....	213
Correntes monásticas e grupos sociais.....	214
2.8. Solidariedade: o parentesco	215
O sistema linhagístico.....	216
O regime matrimonial.....	218
Agrupamento da nobreza.....	219
A exceção e a regra.....	220
Alianças com a nobreza galega e castelhana	221
Endogamia	222
2.9. Solidariedade: a vassalagem	223
Séquitos de cavaleiros	224
<i>Honores</i> e castelos.....	226
Atondos.....	228
Préstamos	230
Vassalos domésticos	231
Debilidade do sistema vassálico português	233
Vassalidade e «criação»	235
Dependência vassálica.....	235
Fidelidade.....	236
O rei, senhor feudal	238
2.10. Ideologia e cultura	238

Desprezo do vilão	240
Desprezo do coteife	241
Desprezo dos intermediários.....	243
Os maus casamentos.....	244
A diferença onomástica.....	245
Padrões culturais: o ideal do guerreiro	245
Padrões culturais: a cortesia	248
Conclusão	252
Notas.....	253
3. OS DEPENDENTES	269
3.1. As categorias.....	270
3.1.1. Herdadores.....	270
A antiga liberdade.....	270
A situação em 1258	272
Degradação.....	274
Nivelamento.....	275
Variantes regionais	276
Os juízes.....	277
Fixação do estatuto	278
3.1.2. Colonos.....	279
Definição.....	279
Terminologia	280
Rendas.....	281
Variantes regionais.....	282
Mão de obra	284
Poderes do senhorio.....	285
Nivelamento.....	286
3.1.3. Servos e escravos.....	288
Colonos de origem servil até ao fim do século XII	288
Escravos mouros.....	290
Colonos mouros	291
Mão de obra	292
3.1.4. Intermediários	293

Influxo das cidades.....	294
Mordomos.....	294
Juízes	295
Arrendatários.....	296
3.1.5. Assalariados e outros.....	297
Cabaneiros.....	297
Moços de lavoura.....	297
Artesãos.....	299
Caçadores e colmeeiros	300
Pastores.....	300
3.2. Solidariedades campestinas	301
3.2.1. Limites das relações verticais.....	302
3.2.2. Parentesco	304
Sucessão unilinear.....	304
Agregados familiares	307
Segundas núpcias.....	307
3.2.3. Comunidades rurais e senhoriação.....	309
Formas de organização comunitária	309
Desagregação	310
Cronologia e variantes regionais.....	312
Concelhos da área senhorial.....	316
Comunidades dependentes de senhorio particular	318
Comunidades dependentes do rei	320
Comunidades e condições geográficas.....	321
Função vinculadora da paróquia	322
Confrarias.....	324
3.2.4. Para além da comunidade: as romarias.....	326
Compartimentação.....	326
Santuários e romarias.....	327
Função social	329
Representações mentais. A festa	330
Notas.....	332

B. OS CONCELHOS.....	339
1. O ESPAÇO	341
1.1. Montanha e planície	344
Imposições da natureza.....	344
<i>Habitat</i> aglomerado.....	345
Fragilidade demográfica.....	347
Coesão comunitária.....	348
Dúvidas e problemas	349
Conclusões	349
1.2. Campo e cidade.....	350
Ao norte do Douro.....	351
Lamego, Viseu e Coimbra	352
Lisboa e Santarém.....	353
Ao sul do Tejo	353
Comunicações	354
Constelações urbanas.....	355
Povoações do interior.....	356
Funções económicas das cidades	358
Peculiaridades da vida urbana	360
Peculiaridades do mundo rural	361
Uniformização cidadina.....	363
Cidade e tempo curto.....	364
1.3. A Cristandade e o Islão	364
O estado da questão	364
Moçárabes: a repressão.....	366
Moçárabes: a resistência.....	367
Prolongamentos da cultura moçárabe	368
A toponímia	369
Moçárabes: portadores da cultura árabe	370
Os Moçárabes na zona de fronteira	371
Dúvidas e problemas	374
A influência árabe.....	374
Cultura científica e literária.....	376
Civilização urbana	377
Vida militar	379

Vida marítima	379
Pecuária	379
Instituições municipais	380
Técnicas agrícolas.....	381
Antagonismos. Espírito de cruzada	382
Evangelização	383
Judeus	384
Notas	387
2. ORIGENS E DEFINIÇÃO	393
O estado da questão	393
Crítica das teses em presença.....	396
Articulação dos concelhos com o regime senhorial	398
Concelhos de senhorio particular	400
Antecedentes dos concelhos	401
Os concelhos da fronteira.....	401
Os «burgos»	403
Concelhos rurais	404
Cartas de povoamento	404
Conclusões.....	404
Notas	406
3. AS CATEGORIAS SOCIAIS	409
3.1. Cavaleiros-vilãos	410
Os vizinhos e os seus direitos	410
Os habitantes do termo	411
Definição de cavaleiro.....	411
Privilégios.....	412
Aristocracia municipal	414
Solidariedade.....	415
Os cavaleiros nos meios urbanos.....	416
Fortunas individuais	417
Classe social.....	419
As «cavalarias»	420
Os besteiros	423
3.2. Peões.....	423

Situação social	423
Fortuna média	424
Peões das cidades	428
Mesteirais	428
Categorias inferiores	431
3.3. Dependentes	433
Concelhos do interior	433
Jogueiros	434
Solarengos	435
Colaços.....	435
Hortelãos.....	436
Mouros.....	436
Concelhos do tipo de Ávila (Alentejo)	437
Concelhos do tipo de Santarém	438
Escravos mouros.....	439
Mouros forros.....	441
Evolução.....	441
Notas.....	443
4. AS FUNÇÕES	447
4.1. Solidariedade e coletividade	448
Símbolos coletivos	449
Reuniões da assembleia municipal	451
Concelhos do interior: os bandos e a parentela	453
Cidades: o individualismo	455
A aglomeração citadina.....	456
Acolhimento de novos membros.....	457
Relações com outros concelhos	458
4.2. Religião	460
A religião popular	462
Separação do clero e do laicado.....	464
A eleição do pároco	465
Crenças populares.....	466
Atitude da hierarquia.....	469
A reforma gregoriana	471
O matrimónio	472

Organização eclesiástica	473
O dízimo	473
Delimitação das paróquias	475
A Igreja e os defuntos	476
O direito canónico	477
Ação pastoral do clero.....	478
Obras de misericórdia.....	479
Confrarias.....	480
As ordens religiosas.....	481
Os mendicantes	485
Clérigos e demografia urbana.....	486
Celibato clerical.....	487
Eremitas e reclusos.....	488
Conflitos entre o clero e os concelhos	489
4.3. Guerra e paz	491
4.3.1. A guerra.....	492
Nos concelhos do interior	492
Nos concelhos do Centro e do Sul	495
As funções militares depois de 1250.....	496
4.3.2. A ordem interna	498
Administração da justiça nos concelhos	
do interior	499
Nos concelhos do Centro e do Sul	501
A intervenção da justiça régia.....	502
Magistraturas concelhias	504
Nos concelhos do interior	505
Nos concelhos do Centro e do Sul	506
A vida quotidiana nos concelhos do interior ...	508
Nos concelhos do Centro e do Sul	511
4.3.3. Os poderes externos.....	512
Enquadramento territorial	513
A vila e o termo	514
Intromissões senhoriais	515
A pousadia.....	517
Alargamento da jurisdição concelhia	518
4.4. Produção e propriedade	519

SUMÁRIO

O autoconsumo.....	519
Artesanato	521
Trabalho e comércio agrícolas	522
Pecuária.....	523
Atividades recoletoras	524
Nos concelhos do Centro e do Sul.....	524
Artesanato	526
Economia de mercado	527
A propriedade.....	529
Propriedade comum	529
Propriedade familiar	530
Vigilância comunitária.....	530
Sesmos.....	532
Conclusão	533
Notas.....	535

PARTE II
COMPOSIÇÃO

1. MUTAÇÕES	555
1.1. Demografia	555
O estado da questão	555
Variantes regionais da densidade populacional	557
Ritmos de crescimento	559
Redução da natalidade	560
Migrações	562
Crise de 1190-1210	565
O século XIII	565
Conclusões	567
1.2. Tecnologia e economia	569
1080-1130	571
1130-1160	573
1160-1190	575
1190-1210	577
1210-1250	578
1250-1280	580

1280-1325	585
Conclusões	587
1.3. Mentalidade e cultura	588
Concepções religiosas e morais: da magia às devoções	589
Responsabilidade individual	592
Reclusão e clausura	595
Costumes: o dinheiro	596
A poupança	598
Cultura: o sentido da medida	598
O sentido do espaço	600
A escrita	600
Cultura dos leigos	603
Cultura popular	605
O indivíduo e o grupo: o privado e o público	607
Conclusão	609
Notas.....	610
2. A MONARQUIA	621
2.1. O «senhor rei»	624
O poder senhorial do rei	624
Prestações de origem pública e de origem privada	626
Reguengos e terras foreiras	627
Defesa do património régio	628
Os bens urbanos do domínio régio	629
Administração: recolha das rendas	630
Administração da justiça	632
Almojarifes	632
2.2. Regalias	633
A monarquia feudal: a privatização do poder	634
A fragmentação do poder público	635
Especificidade da função régia	636
O carisma do rei	636
A função régia nos documentos da chancelaria	639
As fórmulas do chanceler Julião	640
As concepções de Afonso II	644

A plenitude dos dois poderes	647
Afonso III e D. Dinis	649
As «regalias»	649
Concepções de Afonso X em Portugal	653
A política de D. Dinis	654
Conclusão	656
2.3. Governo central	656
A cúria feudal	658
O alferes e o mordomo	658
Remodelações de Afonso II: oficiais inferiores	660
Remodelações de Afonso III	662
D. Dinis	663
Os clérigos da cúria	663
O chanceler	664
O tribunal régio	667
As finanças régias	670
A cúria régia como conselho	672
As cortes	673
O conselho régio	676
Conclusão	678
2.4. Governo local	678
Os ricos-homens e as «terras»	680
Os julgados	681
Relações entre «terras» e julgados	682
Reforma de Afonso III	685
Os intermediários: almoxarifes e meirinhos	688
Os meirinhos-mores	689
O rei e os concelhos	691
Notas.....	694
3. A CENTRALIZAÇÃO	703
3.1. O rei e os senhores	704
O rei e a nobreza como classe social	704
Os cavaleiros	705
Afonso III	706

D. Dinis	707
O rei como suserano	708
Dificuldades de interpretação	709
Feudos de função (<i>honores</i>)	710
Os alcaides. A homenagem	712
Vassalos da casa real	714
Monarquia e feudalismo	716
O rei e o regime senhorial até Afonso II	716
Afonso III	718
D. Dinis	719
Conclusão	722
3.2. O trono e o altar	723
De Afonso I a Sancho I	724
Afonso II: o poder temporal e o poder espiritual	726
A crise de 1245	730
Afonso III	731
D. Dinis	733
O padroado régio e a nomeação dos bispos	735
As ordens militares	736
O rei e o papado	738
Conclusão	739
3.3. O rei e os concelhos	740
Antes de 1250	740
Afonso III	741
D. Dinis	742
O rei, «senhor» dos concelhos	744
Vínculo feudal e vínculo «natural»	745
Ideologia monárquica	745
O rei, «protetor» dos concelhos	747
Conclusão	750
Notas.....	751
4. <i>REGNUM</i>	759
4.1. Coesão	760
Geografia histórica: estruturações regionais	760
As paróquias suélicas	761

As circunscrições islâmicas	763
O «repopoamento» do século IX:	
Portucale e Coimbra	764
As dioceses	765
A supremacia de Portucale	767
As metrópoles eclesiásticas	768
A evolução da rede administrativa	770
A sede da corte régia	772
Papel das cidades	773
Regiões e províncias	776
Contactos humanos	776
O «sistema nervoso» do corpo nacional.....	779
As fronteiras	780
Conclusão	783
4.2. Identidade	783
A chancelaria	785
Sinais de validação	785
O escudo do rei	787
<i>Rex portugalsium</i>	788
<i>Regnum</i>	789
Historiografia	791
Os clérigos	792
A nobreza e as suas contradições	796
Os meios populares: os concelhos	798
Notas.....	800
CONCLUSÃO	805
Siglas	815
Fontes	822
1. Fontes narrativas e literárias	822
2. Coleções documentais e de textos	824
Bibliografia	826
Índice remissivo.....	867
Documentação gráfica	881

PREFÁCIO À 5.^a EDIÇÃO

Passados nove anos sobre a publicação da segunda edição desta obra, na qual fazia já algumas correções e aditamentos à primeira, tornou-se enorme o volume da investigação especializada sobre os temas nela tratados. Nela contam-se pelo menos oito teses de doutoramento de grande erudição e extremamente renovadoras, algumas das quais elaboradas sob minha orientação. É também muito extensa a lista dos artigos de revista e das teses de mestrado que exploram e esclarecem questões de pormenor ou aspectos não tratados por mim e que se situam dentro do mesmo âmbito cronológico. Enfim, eu próprio ampliei também a minha investigação, amadureci algumas ideias ou obtive novas informações. Tive ocasião de publicar uma obra que retoma e resume este mesmo livro e lhe acrescenta uma síntese da factologia política entre 1096 e 1325, sem todavia aí oferecer aos leitores a justificação das minhas posições.

Tudo isto são razões para agora decidir renovar esta tentativa de *Identificação*. Convém esclarecer rapidamente em que sentido.

Antes de mais, pretendi aproveitar o contributo de toda a investigação recente. Uma vez, ela veio confirmar algumas das minhas hipóteses, outras levou-me a alterá-las: convinha referi-las cuidadosamente. O primeiro caso foi mais frequente do que o segundo. Algumas vezes, deparei com estudos que evidenciavam as lacunas da minha síntese ou em que eu próprio explorei temas que não tinha tratado e

que era necessário articular com o meu texto. Tive por isso de redigir algumas páginas novas. Houve ainda casos em que as novas contribuições orientavam as conclusões para pontos de vista diferentes dos meus, embora nem sempre contraditórios. Nestes, limitei-me a apontar o facto, convidando o leitor a confrontar esses livros ou artigos com o meu texto. Foi bastante rara a eventualidade de ter de manifestar a minha discordância para com investigações recentes feitas por outrem.

Confesso que nem sempre senti grande prazer com este trabalho. Já o Evangelho advertia contra os perigos de remendar fatos velhos com pano novo. Apeteceu-me muitas vezes deixar aos leitores o cuidado de se servirem deste livro como entendessem, e de fazerem as comparações que quisessem com o que sobre a mesma matéria se tem publicado. Prevaleceu o meu propósito de atualizar o que penso ser um instrumento de trabalho, que começava a perder grande parte da sua utilidade.

Manter a sua utilidade é, de facto, o que pretendo com esta nova edição. Será provavelmente a última vez que me disponho a atualizá-lo, se, como espero, a investigação medievalística portuguesa continuar a progredir com tanto vigor como nestes últimos nove anos. Com efeito, o leitor atento já agora reconhecerá algumas passagens mal inseridas no texto, desvios de pensamento para referir uma informação nova, e outras anomalias do mesmo género. Se no futuro quisesse proceder a novas emendas e aditamentos, as anomalias acentuar-se-iam. O livro perderia o seu carácter de ensaio, a sua espontaneidade, e tornar-se-ia uma espécie de repertório de dados — exatamente o que nunca quis que fosse.

Não suportaria que ele se parecesse com as velhas atrizes que, com as suas operações estéticas, nem recuperam a beleza perdida nem adquirem a sedução de uma velhice serena. Deixemos a rosa murchar. A verdade é que agora, passados nove anos, já não posso falar de rosas. Só posso pensar num fruto maduro, que não serve para embelezar mas para comer. Daí ter querido cuidar da sua possível utilidade. Que ele sirva, pois, de alimento, e possa ainda causar prazer a alguém.

Lisboa, 2 de setembro de 1994

PREFÁCIO

Uma das questões fundamentais do conhecimento histórico consiste em averiguar como se formaram as nações. Pode ser abordada, por um lado, num plano teórico, como fenómeno próprio da sociologia política e da sociologia da cultura, ou, por outro lado, no plano concreto do tempo e do espaço, como fenómeno histórico próprio de uma determinada Nação. O livro que agora se publica trata de História; não é um tratado de sociologia. Reduz a análise do seu objeto a uma unidade espacial definida por um território e por um vínculo político que se prolonga no tempo. Procura averiguar como é que a Nação portuguesa surgiu e como evoluiu durante duzentos anos.

Não pretendo descrever o que aconteceu a Portugal, ou em Portugal, por meio de uma narrativa sequencial inscrita no tempo – ou seja, contar a História de Portugal –, mas explicar como evoluiu a Nação, como Nação, durante os seus primeiros tempos. Para isso é preciso comparar entre si os fenómenos e acontecimentos que a manifestam, enquanto entidade inseparável do seu próprio território e da memória dos homens e mulheres que nele viveram. Neste sentido, não podemos esquecer que nem sempre as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Há sempre alguma coisa de peculiar numa questão histórica tão complexa como esta.

Paralelamente a este problema, verifica-se, do ponto de vista social, que a nacionalidade não depende só da existência de um Estado, com os seus órgãos, leis e território; implica também um vínculo mental que associa entre si os seus cidadãos, o qual, apesar de não se poder definir como objeto concreto, se pode reconhecer sob a forma de manifestações infinitamente variadas, muitas delas expressas em termos metafóricos, simbólicos ou míticos. Estas manifestações fazem pressupor uma identidade coletiva, a «Nação portuguesa», sem que se possa defini-la objetivamente. Usamos este conceito para poder falar de um ser coletivo autónomo, mas indefinível, ao qual atribuímos existência e identidade.

Todavia, só podemos distingui-lo de outros seres da mesma espécie por meio dos caracteres comuns e das suas variantes. O bilhete de identidade de um indivíduo pode registar o sexo, a cor dos cabelos, a estatura, o nome dos pais, a data do nascimento, etc., mas nenhum destes elementos revela, só por si, a sua identidade, muito menos a sua personalidade. Não é possível descobrir o segredo que faz com que alguém seja ele próprio. Somos todos diferentes uns dos outros. Mas podemos procurar algumas características que nos ajudem a compreender como adquirimos a nossa autonomia, as nossas preferências, os nossos desejos, os nossos defeitos... Ou seja, como é que estas diferentes maneiras de ser se conjugam entre si.

Com estas considerações tento explicar o que pretendo com este livro a que dei o nome de *Identificação de um País*. A metáfora subjacente ao título inspira-se no magnífico filme de Antonioni, *Identificação de uma Mulher*, apresentado em 1982. As suas cenas ainda estavam bem vivas na memória dos espectadores quando o meu livro foi editado (1985). Conta a história da paixão de Niccolo, um realizador de cinema, por uma atriz chamada Ida. Niccolo tem por ela uma atração irresistível e é correspondido; mas não consegue penetrar no segredo íntimo da sua personalidade. Separa-os um obstáculo incompreensível. Talvez Ida preferisse perder o amor do que a liberdade. Acaba por desaparecer, sem ficarmos a saber o seu segredo.

Ao adotar esta metáfora como título do meu livro, reconhecia o carácter indefinível da Nação e a impossibilidade de conhecer o que, na verdade, a distingue de qualquer outra. O filme de Antonioni, com a sua resposta simbólica, traduzia bem o inacabado da análise a que procedi, a partir da perspectiva histórica. A História não me revelava o mistério, mas mostrava-me como se foram montando, no caso de Portugal, as peças que o compõem.

Na década de 1980, serenados, já, os ânimos, depois da agitação desencadeada pelo 25 de Abril, prevalecia na sociedade portuguesa o desejo de construir um país novo, totalmente diferente daquele que o regime anterior deixava nas suas mãos. Para isso, era preciso desmitificar a narrativa patriótica, anteriormente propagada em termos que evidenciavam a sua falsidade primária. O futuro de Portugal não se podia construir com discursos ideológicos enganadores, como era o do Estado Novo. A Nação tinha de se considerar um país semelhante a tantos outros, sujeito a derrotas e vitórias, sem precisar de milagres nem de heróis, sem missão especial nem destino sagrado. Quem queria contribuir para a edificação do futuro coletivo queria conhecer o passado efetivo, e não o imaginado. Queria perceber como é que Portugal tinha surgido, como subsistiu, como se foi organizando, como resolvera (ou não) os seus principais problemas. Queria saber aquilo que, ao longo dos séculos, o foi caracterizando como igual e como diferente dos países do mundo inteiro.

A primeira edição deste livro data, como disse, de 1985. Ainda no mesmo ano, teve a sua 2.^a edição. Apesar de entre as duas ter decorrido tão pouco tempo, pude juntar-lhe mais bibliografia, corrigir pormenores, e redigir uma conclusão geral como síntese das conclusões parciais a que tinha chegado, e como interpretação das linhas de força que tornaram Portugal um país independente.

O livro foi bem recebido pelo público, quer como obra oportuna para repensar o país e o seu futuro, quer como investigação de um problema típico da historiografia europeia dessa época. Por esses anos, Marc Bloch e Lucien Febvre mostravam a insuficiência da

história factológica e a necessidade de estudar as «estruturas»; Braudel criava a noção do «tempo longo» e procurava nas ciências sociais os conceitos que o ajudavam a compreender as transformações históricas mais profundas do mundo ocidental; Duby associava às estruturas socioeconómicas as estruturas mentais que condicionam e explicam o devir coletivo, os gostos, os hábitos, as crenças, enfim o comportamento humano com a sua lógica e os seus preconceitos, os seus valores e as suas ambições; Le Goff, por sua vez, estudava tudo quanto há, desde a noção do tempo até às representações do corpo, da difusão da escrita à crença no Purgatório, das almas penadas até aos rituais carnavalescos; chamava a esta dispersão do objeto histórico a «Nova História». Assim, cada qual contribuía com a sua parte para tentar aproximar-se da «História Total», que todos desejavam, mas nenhum se atrevia a pretender alcançar.

Como se sabe, este esplêndido conjunto de autores teve nos anos 60 a 90 um enorme sucesso, sobretudo nos países da Europa meridional e na América do Sul, não só por causa das novidades conceituais em que se apoiava, mas também pelo talento literário que seduzia os seus leitores. À sua escala, o meu livro beneficiava também desta onda cultural tão favorável à escrita da História e tão diferente da historiografia portuguesa anterior ao 25 de Abril. Não quero negar a influência que os autores dos *Annales* tiveram em mim. Mas não me parece exclusiva. Devo a minha formação académica à Universidade de Leuven (Bélgica), onde se olhava com desconfiança o entusiasmo «francês» e se valorizava o rigor «germânico». O meu mestre, Léopold Genicot, não perdia nenhuma oportunidade de reivindicar essa sua filiação mental. As suas exigências críticas, um tanto implacáveis, condicionaram, evidentemente, a minha tese de doutoramento e os meus trabalhos de investigação. Mas pareceu-me possível conciliar o modelo francês com o modelo germânico.

Por outro lado, o meu livro, sem o pretender diretamente, passou também a servir, graças à sua estrutura abrangente, se não «totalizante», não só como ensaio, mas igualmente como repositório sistemá-

tico (não uniforme, sublinhe-se) de informações precisas acerca dos principais factos e instituições que, na minha opinião, configuraram os primeiros duzentos anos da nossa História. O discurso sobre um objeto indefinível, que proclamava à partida, pelo seu próprio título, a impossibilidade de alguém o alcançar, veio, afinal, a servir, pelo menos em algumas Faculdades das Ciências Humanas, graças à sua carga informativa de nível universitário, como texto de leitura obrigatória de alguns cursos de licenciatura de História Medieval de Portugal.

Por esta razão, ou seja, para corresponder ao uso da obra como auxiliar do ensino universitário, e tendo já passado mais de uma década sobre a edição inicial, resolvi fazer uma revisão completa do seu texto, quer ampliando, confirmando ou modificando pontos de vista anteriores, quer acrescentando os resultados de investigações recentes sobre as matérias nele abordadas, para as articular e harmonizar com as minhas hipóteses interpretativas de base, e sem deixar de manter a sua marca de «ensaio» (por isso ganhou nesse ano o Prémio de Ensaio do Pen Club). Esta edição corrigida e revista (a 5.^a), foi publicada em 1994. Em 1999, foi inserida, sem modificação alguma, no conjunto das minhas *Obras completas* do Círculo de Leitores, onde, a partir de certa altura, só podia ser adquirida com os restantes volumes da coleção, e acabou por se esgotar. Volta agora a estar disponível como obra autónoma. Reproduz o texto de 1994 com as suas atualizações bibliográficas, correções e acrescentos, como já indiquei.

Em breve, porém, estas atualizações começaram a ser insuficientes. A produção historiográfica portuguesa aumentou rapidamente, diversificou-se e internacionalizou-se. O levantamento bibliográfico especializado e o registo das inovações científicas deixaram de ser ocupações individuais, e passaram a ser trabalho próprio de equipas especializadas. As técnicas de recolha, armazenamento e análise de dados exigiram a criação de novos métodos. As concepções da Nova História foram postas em dúvida. A escola dos *Annales* perdeu o seu prestígio; as suas sínteses e conclusões foram criticadas. A nível mais

filosófico, os desiludidos do iluminismo e da modernidade ocidental faziam da História um discurso ilusório e sem fundamento; todavia o pós-modernismo demoliu teorias e convicções, mas não construiu nada de novo. Por sua vez os adeptos do *linguistic turn* desacreditaram a investigação histórica de carácter concetual. Assim, o meu livro, imóvel, foi-se tornando, para o mal ou para o bem, cada vez mais datado.

Neste momento não sei se deve ser considerado como demonstração de uma tese de história política ou como repositório de informações acerca dos usos e costumes, das pessoas e das instituições, das crenças e dos conhecimentos dos habitantes daquele território que, no século XII, se tornou Portugal. Não sei se é eficaz o método que adotei de procurar nos vestígios do passado o que de alguma maneira ainda é presente, e que, por isso, nos interpela.

A esta pergunta, tenho, quanto a mim, de responder afirmativamente. Creio que dei um *sentido* aos indícios que seleccionei acerca dos primeiros dois séculos da nossa Nacionalidade. Creio que o método que adotei, qualquer que seja a sua justificação teórica, permite, de facto, encontrar nas coisas e nas palavras os indícios concretos de um sentimento coletivo e de um vínculo comum que surge como suportado por uma instância política. Não devo a minha resposta ao brio profissional, nem a qualquer convicção moral ou cívica. Devo-a aos indícios, muitos deles indiretos, das várias formas dos compromissos por meio dos quais os homens e as mulheres procuram associar-se entre si para, juntos, vencerem dificuldades, se protegerem mutuamente e atingirem objetivos comuns.

Com efeito, estou persuadido que todos os agrupamentos humanos prenunciam, de algum modo, o nascimento da Nação: as associações, as comunidades, as confrarias, os espaços e territórios delimitados, as fronteiras, os caminhos e circuitos, os concelhos, o exercício da autoridade legítima, os pactos de guerra e de paz, os rituais. As associações, por sua vez ostentam a sua identidade por meio de símbolos e emblemas, de escudos e bandeiras, de títulos

e insígnias, de hábitos e fardamentos; organizam-se por meio de agrupamentos, classes, hierarquias, assembleias, deliberações, códigos, distribuição de tarefas, atribuição de responsabilidades. Assim o homem consegue, em conjunto com o seu semelhante, o que, isolado, lhe é impossível. Por isso assinala e, de certo modo, dá realidade à esperança num futuro melhor. Tudo o que enumerei são indícios diretos e indiretos da Nacionalidade. Procuramo-los no passado para lhes dar um *sentido*, isto é, para revelar o «laço divino que une as coisas» como diz Saint-Exupéry na *Citadelle* (n. 108).

Ou seja, pouco importa que a obra esteja ou não «datada». A diferença não está na datação, mas no *sentido*. E o *sentido* não está nas coisas, mas nos olhos de quem o procura.

São Pedro do Estoril, 3 de março de 2015

JOSÉ MATTOSO